



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002680-50.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ina Garcia Carvalho**
 Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ser titular de linha telefônica que especificou e que em 08/07/2015 por equívoco efetuou recarga no valor de R\$ 50,00 em créditos para outra linha.

Alegou ainda que soube pela ré que o titular da linha beneficiada com seu equívoco realiza pagamentos via boleto, de sorte que aquele valor creditado não será utilizado.

Almeja à condenação da ré a transferir para sua linha o aludido crédito.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento porque a oferta dessa peça de resistência cristaliza a resistência à pretensão deduzida.

Presente o interesse de agir, rejeito a prejudicial.

No mérito, a ré não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Destes, merece destaque a informação transmitida pela própria ré de que os créditos lançados equivocadamente pela autora não poderiam ser utilizados pelo titular da linha beneficiada, considerando a forma diversa de que ele se vale para os respectivos pagamentos.

À míngua de impugnação a seu propósito, ela há de ser tida como verdadeira.

É o que basta para que a postulação vestibular prospere, porquanto no contexto apresentado a medida em apreço não representará de um lado prejuízo algum à ré e, de outro, viabilizará a regularização de situação criada por engano da autora.

Por oportuno, ressalvo que a autora em momento algum pleiteou o ressarcimento de danos morais, motivo pelo qual as considerações sobre o tema expendidas pela ré deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo máximo de cinco dias transferir para a linha nº (16) 98161-5449 o valor de R\$ 50,00, creditado equivocadamente para a linha nº (16) 98161-5440, sob pena de multa de R\$ 100,00 (cem reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, o valor da multa se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**